



A Praça da República enquanto espaço de sociabilidade de uma cidade moderna (Pelotas, 1912-1930)

Mariana Couto Gonçalves¹

Resumo: Na virada do século XIX para o XX, o Brasil experimentou uma série de transformações urbanas que implicaram na iluminação e pavimentação das ruas, ajardinamento das praças e vias públicas, instalação de bondes elétricos, tratamento da água e do esgoto e na edificação de residências salubres, bem como em medidas de higienização. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar as modificações sofridas na Praça da República, no contexto das reformas urbanas, bem como, a sua efetivação como espaço de sociabilidade para as elites locais.

Palavras-chave: Praça da República; Pelotas; Sociabilidade.

The “Praça da República” as a space of sociability of a modern city (Pelotas, 1912-1930)

Abstract: At the turn of the nineteenth century to the twentieth, Brazil experienced a series of urban transformations that involved lighting and paving the streets, landscaping squares and public roads, installing electric trams, treating water and sewage, and building healthy homes, as well as in hygiene measures. In this sense, this article aims to analyze the changes undergone in the Republic Square in the context of urban reforms, as well as its effectiveness as a space of sociability for local elites.

Keywords: Praça da República; Pelotas; Sociability.

“Se das cidades as ruas são corredores e as praças são salas: a Praça da República é bem, e merecidamente, o luxuoso salão de honra de Pelotas” (A OPINIÃO PÚBLICA, 16/11/1927, p. 01).

Historicamente, a praça é vista como um símbolo da cidade, por exemplo, a Ágora grega era um espaço destinado às discussões políticas da pólis e exercia um papel vital no cotidiano dos indivíduos na Antiguidade. No entanto, apesar de ser um ambiente tão antigo quanto à humanidade, a ideia de praças ajardinadas – como é associado hoje em dia – é um conceito mais contemporâneo. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar as transformações ocorridas na Praça da República,² localizada na cidade de Pelotas, a partir do processo de modernização urbana proposta pelo Intendente Cypriano Corrêa Barcellos no início da década de 1910.³

1 Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas. Professora da Escola de Ensino Fundamental Coronel Escobar, EEFCE e do Colégio Bom Conselho.

2 Desde 1931, a Praça da República intitula-se Praça Coronel Pedro Osório.

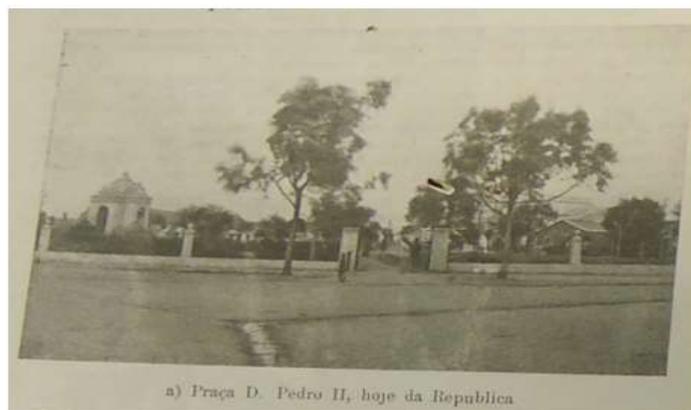
3 A virada do século XIX para o século XX modificou a história do Brasil, principalmente em decorrência da transição política da Monarquia para a República (1889). Com o incipiente programa político do Partido Republicano, entrou em vigor no território nacional uma crença no progresso a partir de um ideal de civilização baseado na modernização. As principais cidades brasileiras – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, etc. – passaram por processos de modernização urbana.

O arquiteto Hugo Segawa, em seus estudos sobre os jardins brasileiros, afirma que “a praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano. O mesmo não se pode afirmar do jardim ou do parque público [...]” (SEGAWA, 1996, p. 31). De acordo com o autor, a ideia de jardim surgiu a partir do século XVII, com uma nova mentalidade na Europa e na América, que deixava para trás o entendimento da natureza como um espaço de refúgio de seres perigosos e selvagens para tornar-se um ambiente de lazer presente no cotidiano dos indivíduos. Para ocorrer essa mudança, o autor destaca a importância da pintura como um elemento de educação do olhar. Ele defende a tese de que o jardim público é a antítese da praça medieval, uma vez que no medievo esse espaço era sinônimo de espontaneidade, de festa e do escárnio. Todavia, o jardim moderno transforma-se em um ambiente de disciplina, com intervenções urbanas – avenidas, chafarizes, obeliscos, escadarias, etc., tornando-se:

[...] um monumento ao verde – espaço ao culto e ao repositório de significados da natureza idealizada pelo ser humano. O passeio ajardinado será a instância radical do estabelecimento da ordem pública, o grande teatro onde os homens vão se “comportar como atores a fim de serem sociáveis uns com os outros na cidade”, na visão de Sennett. Os atores e os figurinos estão definidos: não mais a massa popular, mas segmentos privilegiados com a expansão das classes mercantil e burguesa (e seus subprodutos) nas grandes cidades do século 18, em busca de promoção social mediante novas formas de sociabilidade, cuja prática contemplou palcos e plateias calcados nos modelos de aristocracia francesa ou britânica (SEGAWA, 1996, p. 49).

Assim sendo, Hugo Segawa observa uma mudança no entendimento dos espaços urbanos, tanto do ponto de vista estético como pelo viés do público que circulava naquele recinto. Nesse momento, constituía-se uma nova mentalidade para o cotidiano das grandes cidades. Portanto, no Brasil a implementação desses ambientes públicos se deu com o mesmo objetivo dos jardins europeus: o de ser um espaço de lazer e sociabilidade para as elites locais. De acordo com Carlos Gonçalves Terra (2010), nos primeiros séculos após o “descobrimento” não existiu no Brasil uma tradição de implantação de jardins públicos, sendo que somente a partir do final do século XVIII o governo preocupou-se em criá-los – como o Passeio Público e o Campo de Santana, ambos no Rio de Janeiro. Pode-se inferir que esse desinteresse, segundo o autor, relaciona-se ao fato de a natureza brasileira ser tão rica e estar presente no dia a dia da população.

Em Pelotas, a Praça da República foi construída somente em 1829, a partir da doação do terreno por Mariana Eufrásia da Silveira, cujo propósito era a construção de um logradouro ou de uma Praça para a população (LOPES NETO, 30/12/1911, p. 03). No primeiro momento, ao redor da praça se deu a construção da Câmara Municipal, de uma escola pública e do Theatro Sete de Abril. Na área central, estava localizada a força destinada aos escravizados. Esse instrumento de execução já havia sido erguido anteriormente, em frente ao cemitério, mas, em 1850, ele foi deslocado para esse ambiente. Nesse contexto, a Praça era totalmente cercada visando evitar a entrada de escravos, futuros libertos e, também, de animais (figura 01). Além disso, o restante do local era descampado e sem vegetação, por isso, ele não ostentava nenhum atrativo para a população e sequer era convidativa para o deslocamento dos transeuntes ou viajantes pelo seu interior (PARADEDADA, 2003, p. 246-247).

Figura 1 - Antiga Praça da República.

Legenda: Praça D. Pedro II, hoje da República (10,4 x 6,5 cm).

Fonte: Ilustração Pelotense, Pelotas, ano II, n.13, 01 jul.1920, p.10.

Conforme Hugo Segawa (1996), foi a partir do século XX que aconteceram as grandes transformações nas fisionomias urbanas das cidades – ajardinamento de praças e avenidas, criação de bulevares e recintos ajardinados, entre outros – produzindo no Brasil um efeito tardio de sociabilidades. O engenheiro republicano Cypriano Corrêa Barcellos⁴ foi o principal idealizador do projeto que propunha uma reformulação de Pelotas pautada nos ideais de “higiene e civilização” (ALMANACH DE PELOTAS, 1913, p. 13). Ele exerceu dois mandatos consecutivos entre 1912 a 1920 – anteriormente, ele havia desempenhado a mesma função entre os anos de 1904 a 1908, tendo atuado também como vice-intendente nos anos de 1896 a 1900. De acordo com o Almanach de Pelotas:

A ele, principalmente, devemos a realização de obras vultuosas e cometimentos que, no último decênio, transformaram esta cidade, de modo quase surpreendente, de burgo provinciano rotineiro em centro progressista, estrela de primeira grandeza no céu do Rio Grande do Sul (ALMANACH DE PELOTAS, 1921, p. III).

Naquele momento, Pelotas deixava de ser um município antigo – idealizado e estruturado ao redor das charqueadas⁵ – para se tornar uma cidade moderna. As obras destacadas pelo Almanach diziam respeito ao acesso à energia, ao telefone e aos bondes elétricos; à criação de uma rede de água e esgoto; ao desenvolvimento de uma estética para a cidade com jardins e ruas amplas e, principalmente, à uma preocupação maior com medidas de higiene para a urbe pelotense.⁶

4 Cypriano Corrêa Barcellos nasceu no 2º distrito de Pelotas (Areal) em 23 de janeiro de 1858. O seu pai, Cypriano Joaquim Rodrigues Barcellos, era charqueador e enviou o filho para estudar engenharia na Bélgica. Após regressar para o Brasil, Cypriano colaborou, durante dois anos, com a construção da estrada de ferro Santa Maria-Itararé. Dedicado a causa republicana, candidatou-se para a Intendência de Pelotas exercendo três mandatos. Cf. Dr. Cypriano Corrêa Barcellos. *Almanach de Pelotas*, Pelotas, ano IX, 1921, p. II.

5 Eram estabelecimentos onde se preparava a carne salgada (charque) seca ao sol. Para realizar o trabalho houve o predomínio da mão de obra escrava, utilizada em larga escala, tornando-se o principal motivo da entrada de negros na região. A safra do charque era sazonal e compreendia os meses de novembro a maio, e no restante do ano, durante o período da entressafra, os escravos trabalhavam em outros estabelecimentos como olarias, fábricas de sabão e de velas. Esses produtos proporcionavam outra fonte de renda e, também, possibilitavam o aproveitamento completo da mão de obra, ou seja, o objetivo era manter os escravos ocupados durante o ano inteiro, gerando um retorno financeiro para os senhores e um amplo aproveitamento dos cativos. O consumo da carne salgada era destinado aos escravos.

6 Sobre o tema, ver: GONÇALVES, Mariana Couto. “*Andei, sempre tendo o que ver e ainda não fora visto*”: a modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930). 2017. 284 f. Tese (doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2017.

Durante o governo de Cypriano Corrêa Barcellos se verificou uma intensa apreensão com a estética local, principalmente, no âmbito dos jardins públicos. A primeira medida efetivada pelo administrador foi remodelar esses ambientes, seguindo um estilo inglês (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1912). O propósito da reestruturação era o de aproximar os recintos pelotenses aos jardins públicos dos grandes centros urbanos brasileiro (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1913). Nesse sentido, percebe-se a clara preocupação de inserir Pelotas no contexto nacional, oportunizando aos habitantes locais a vivência de práticas semelhantes adotadas em outros municípios do estado e do país.

Em 1913, o Intendente municipal autorizou uma grande reforma na Praça da República: todo o lado oeste foi alinhado, houve a colocação de tijoletas em mosaico e revestimento no cordão da calçada, realizou-se o ajardinamento em modo artístico, além da reforma nas oito entradas da praça, visando torná-la “digna da apreciação dos forasteiros e refúgio predileto dos nossos co-municipais [sic.]” (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1913, p. 34) Posteriormente, ocorreu a substituição dos grandes eucaliptos – que poluíam a visão dos prédios ao redor da praça – por árvores menores e por flores (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1914); efetuou-se uma reforma completa para levantar o chafariz central, “deixando-o mais alteroso” e proporcionando “uma vasta área do redondo” (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1913, p. 51); reformou-se o lago, a ilha e a gruta, instalou-se um water-closet (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1916) e duzentos bancos de ferro (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1927). Por fim, pintaram de bronze os ornamentos do chafariz (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1926). O aformoseamento das praças era algo tão importante que o Intendente contratou um profissional de Buenos Aires exclusivamente para tomar conta e completar o serviço de arborização e ajardinamento (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1915).

Após as reformulações,⁷ a Praça da República ganhou um status de espaço de sociabilidade para a elite local. Nela, muitos realizavam seu footing diário, os enamorados trocavam olhares, alguns conversavam à sombra de uma árvore, enquanto outros admiravam o belo lago e as roseiras ou, então, deslocavam-se entre os teatros Sete de Abril e Guarany. Ademais, esse recinto congregava todos os aspectos próprios da modernidade – iluminação, ajardinamento, pavimentação, transporte, entre outros.

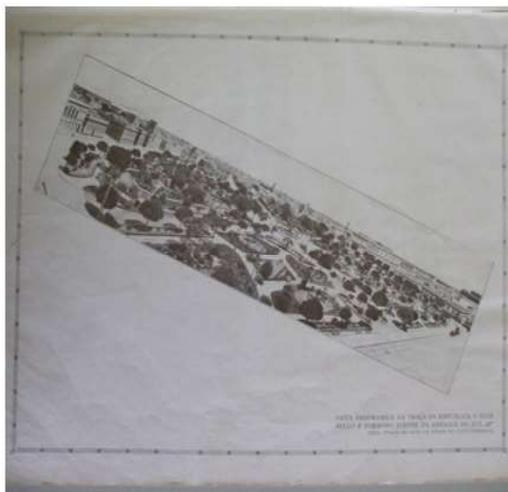
Comprova-se, através desses aspectos, que a Praça da República (figura 02) recebeu grandes investimentos financeiros e atenções da Intendência, sendo considerada “a menina dos olhos do Dr. Cypriano Barcellos” (OPINIÃO PÚBLICA, 1926, p. 01), justamente porque abrigava, ao seu redor, algumas instituições importantes, tais como a Intendência Municipal, a Bibliotheca Pública, o Clube Caixeiral, o Grande Hotel e o Theatro Sete de Abril. Efetivamente, um núcleo urbano se consolida enquanto cidade quando implementa um espaço para edificar a sua praça e ao seu redor são construídos os prédios com funções de prestígio social, político e religioso (PARADEDA, 2003). Por esse ângulo, a Praça da República simbolizava e refletia o apogeu da urbe pelotense, na medida em que as edificações que a circundavam expressavam o poder econômico, político, social e cultural do município.

No entanto, uma peculiaridade de Pelotas diz respeito ao fato de a catedral episcopal não estar edificada na principal praça da cidade, como era comum nas demais cidades. Como um símbolo do poder

7 Existiu, no entanto, uma discrepância em relação aos investimentos feitos no embelezamento das demais praças – Floriano Peixoto (atual Praça Cypriano Corrêa Barcellos), Júlio de Castilhos (atual Parque Dom Antônio Zattera), Domingos Rodrigues, Piratinino de Almeida e a da Matriz (atual Praça José Bonifácio) – para que a Praça da República pudesse receber todas as melhorias.

religioso, ela deveria ter sido construída ao lado das demais instituições de poder local como, por exemplo, a Intendência Municipal. Em Porto Alegre, a Praça da Matriz constituía-se em espaço que reunia os órgãos administrativos e onde se iniciavam as procissões e os festejos religiosos (MONTEIRO, 1995). Contudo, no caso pelotense, a distinção decorria do processo histórico do município, já que a Igreja de São Francisco de Paula foi erguida no primeiro loteamento do povoado enquanto que a Praça da República fez parte do segundo loteamento. Em virtude disso, ocorreu uma tentativa de transferir a Catedral para a nova praça, mas essa ideia não chegou a ser colocada em prática.

Figura 2 - Praça da República.



Legenda: Vista panorâmica da Praça da República, o mais belo e formoso jardim da América do Sul. Vista tirada do alto da torre do clube Caixeiral (35 x 10 cm).

Fonte: Álbum de Pelotas, Pelotas, volume único, 1922, p. 11.

No que tange à visualidade, a proposta da imagem (figura 02) era a de ressaltar os jardins geometrizados e ordenados, sendo que esses elementos são destacados justamente por meio da legenda. Peter Burke salienta que as “imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras o seu testemunho” (BURKE, 2017, p. 26). Presumivelmente, a legenda traz consigo a ideia de interpretar e explicar uma determinada representação para quem a analisa. Ao contemplar a imagem, mesmo sem o auxílio da legenda, fica claro para o espectador a intenção do fotógrafo de referenciar os jardins geometrizados da Praça, pois esse elemento apresenta o maior volume visual. O ajardinamento da Praça da República era uma preocupação constante dos intendentess, provocando, por isso, elogios e críticas ao governo municipal através da imprensa local. Afinal, esse ambiente atuava como espaço de sociabilidade e cumpria aspectos estéticos, sendo considerado “o mais belo dos nossos logradouros públicos” (ALMANACH DE PELOTAS, 1922, p. 283) e o “orgulho dos pelotenses” (ALMANACH DE PELOTAS, 1927, p. 172).

Percorrendo os caminhos ajardinados da Praça da República, os transeuntes encontrariam um belo chafariz – conhecido como “Fonte das Nereidas” – alocado na área central. Durante o século XIX, a elite pelotense, importou diversos produtos europeus para o seu lazer e para a administração municipal. Ao observarmos a panorâmica (figura 02), nota-se que todos os caminhos daquele ambiente levavam ao chafariz. Além de ser um empreendimento funcional, afinal servia para abastecer os habitantes com o

recurso hídrico, o chafariz também cumpriria uma função estética, principalmente no século XX, quando o fornecimento de água passou a ser encanado, pelo menos na zona central da urbe. Logo, o chafariz era mais um atrativo para os frequentadores da Praça – na ausência de monumentos, a Fonte das Nereidas cumpriria esse papel.

Figura 3 - Praça da República – Intendência Municipal e Bibliotheca Pública.



Legenda: Intendência e Bibliotheca – Pelotas (14,8 x 19,2 cm)

Fonte: Almanach de Pelotas, Pelotas, ano XIV, 1926, s/p.

A peculiaridade da imagem encontra-se justamente no ângulo pouco convencional do registro fotográfico, que foi feito no interior do jardim, fazendo com que o espectador tenha a impressão de estar dentro da Praça, observando, muito possivelmente sentado em um banco, os automóveis estacionados e as grandes construções públicas – Intendência Municipal (à esquerda) e Bibliotheca Pública (à direita). A tomada enfatiza a imponência das duas propriedades, construídas no século XIX, principalmente no que se refere à arquitetura, uma vez que os seus aspectos políticos e culturais não podem ser mensurados através de uma imagem. Ambos os prédios, apesar de não centralizados na fotografia, compõem efetivamente a imagem, e o ângulo buscado pelo fotógrafo privilegia as suas características arquitetônicas, visto que é possível observar a grandiosidade do prédio, as janelas, a sacada, os ornamentos e as escadarias.

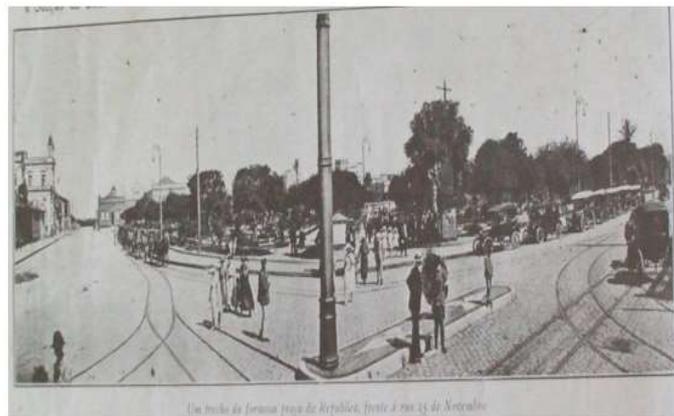
Constata-se, ainda, no primeiro plano da imagem (figura 03) a presença de bancos na praça e como a remodelação do espaço, realizada em 1914, alterou a visão do ambiente, pois através das árvores o espectador podia contemplar o que estava do lado externo, tendo, assim, um olhar mais amplo do espaço urbano. Além de cumprir funções estéticas, os indivíduos poderiam passear e apreciar as tardes quentes e as noites amenas sentados embaixo de uma bela árvore, reverenciando e se beneficiando da modernidade urbana e a arquitetura predial. Essa tranquilidade também poderia ser conquistada a partir da contemplação do lago (figura 04).

Figura 4 - Lago da Praça da República.

Legenda: Um aspecto da Praça da República (14,2 x 9 cm)

Fonte: Ilustração Pelotense, ano II, n. 05, 01 mar. 1920, p. 04.

Além de esteticamente bonito, o lago atuava como uma espécie de recorte da natureza no meio da cidade. Nota-se, por exemplo, a presença de gansos na calmaria das águas e de pequenas árvores ao seu redor. Evidencia-se ainda que alguns indivíduos estavam posando para o fotógrafo, mas, muito provavelmente, o foco fosse o senhor de terno branco que se encontrava na ponte sobre o lago. De acordo com Carlos Gonçalves Terra (2010), a edificação de chafarizes, a construção de lagos e pontes, a vegetação variada de plantas, entre outros elementos, são alguns exemplos de soluções paisagísticas utilizadas no Brasil, como se pode constatar em Pelotas.

Figura 5 - Praça da República.

Legenda: Um trecho da formosa Praça da República, frente à rua 15 de novembro (26 x 18,6 cm).

Fonte: Álbum de Pelotas, Pelotas, volume único, 1922, p. 12.

O primeiro aspecto que chama a atenção do observador, na figura 05, diz respeito ao enquadramento da fotografia, pois ela foi dividida a partir de um poste de iluminação elétrica em um canteiro localizado na Rua XV de Novembro. Esse elemento foi determinante para aumentar a sociabilidade dos pelotenses na Praça. A partir de 1914, quando o sol se punha e a noite cobria a Princesa do Sul, as luzes se acendiam e o cotidiano não findava. Por mais que existisse uma mística da noite e, especialmente, em relação aos

seus perigos, ela atraía os habitantes tanto pelo clima ameno no verão, quanto pela neblina das noites de inverno. Na penumbra da noite, os indivíduos se perdiam nas geometrias da urbe pelotense, nos espetáculos e nas diversões noturnas, apreciando a localidade a partir de outra perspectiva. Conforme Walter Benjamin (1989), o fenômeno da rua associa-se ao desenvolvimento da iluminação – ainda a gás, na época de Baudelaire – justamente porque ela aumentava o grau de segurança da cidade e a multidão sentia-se em casa nela. O autor, no entanto, não deixa de manifestar sua tristeza, ao constatar que as estrelas e a lua já não eram mais dignas de menção, sendo ofuscadas pelas luzes artificiais.

Outro elemento que chama a atenção do espectador na imagem anterior diz respeito à presença de indivíduos bem vestidos e apresentáveis – os homens trajam ternos e as mulheres vestidos. Provavelmente, essa fotografia foi realizada após a saída da matinê no Theatro Guarany. Essa hipótese baseia-se no ângulo sob o qual o fotógrafo realizou o registro visual – entre as ruas Marechal Floriano e XV de Novembro – e na quantidade de transeuntes que circulavam na Praça – o número de pessoas nas imagens anteriormente analisadas é ínfimo se comparado ao registrado nesta visualidade. É interessante perceber que, mesmo que a fotografia tenha sido obtida entre duas esquinas, apenas a Rua XV foi evidenciada através da legenda.

Eventualmente, o motivo para a menção feita apenas à Rua XV tenha sido o grande contingente de automóveis (estacionados em frente à Intendência e Bibliotheca) em oposição ao número de carroças (em frente ao Sete de Abril), que constituíam um vestígio da cidade colonial. Vale lembrar que ainda eram poucos os pelotenses que possuíam recursos financeiros para adquirir um automóvel ou, então, para alugá-lo. É, por isso, plausível supor que ambos os meios de transporte aguardassem os espectadores das sessões de cinema ou teatro. Constata-se, ainda, que esses elementos nos fornecem uma ideia de organização espacial da cidade, sendo que cada um ocupava o seu espaço dentro do meio urbano. Além disso, a fotografia apresenta também uma ideia de movimento, aspecto que serviu de inspiração para o cronista J. Martinho:

Esta cidade, em verdade civiliza-se. Temos o reflexo de uma grande cidade. Basta transitar pela Rua 15 – artéria principal, ao depararmos com os guardas policiais, postados, com o seu pauzinho, a fim de evitar os choques, desgrças, devido ao acúmulo de autos, bondes, carruagens, próprios de uma população grandiosa. É que, sendo tal o movimento, os guardas cochilam e, ai, sonham, e despertados então pelo fon-fon de um auto, ou pelo esbravejar dos que esperam os celebrados bondes, em sua marcha sem horário (O REBATE, 01/06/1921, p. 01).

Parece-nos pertinente a analogia proposta por J. Martinho ao relacionar o movimento da urbe com a ideia de civilização. Entretanto, cabe a indagação: o que era ser civilizado? O termo em si remonta à França iluminista e seu sentido está vinculado à ideia de ser “bom, urbano culto e educado”, contrapondo-se à ideia de “barbárie, violência, selvageria”, ou seja, ser civilizado era um ideal a ser seguido por todos os países e os seus respectivos indivíduos (SILVA; SILVA, 2009, p. 59). Não obstante, e aprofundando o debate, pode-se estender a questão também à percepção de cidade, como o próprio cronista sugere. Para isso, corrobora a análise feita por Zita Possamai (2005), que constata a existência de duas visões sobre Porto Alegre. De um lado, a cidade colonial, com um traçado irregular, com becos e ruelas, pontes, portões, com carência de água potável, sem rede de esgotos, ruas mal pavimentadas e iluminadas. E, do outro, a urbe moderna, com ruas planejadas, com largas avenidas, com espaços verdes remodelados, com praças e com novos hábitos entre os moradores. Dessa forma, o ser civilizado era sinônimo de ser moderno. A mesma ideia foi observada por Ana Maria Mauad (2008), que, em sua análise sobre o Rio de Janeiro, a então capital brasileira, constata que a organização do espaço e a introdução de novos meios de transporte no

ambiente urbano, trazem à tona uma imagem de cidade transformada em cartão postal da modernidade, cuja narrativa visual contribuiria para evidenciar esse aspecto.

Os documentos analisados e os registros fotográficos revelam que a administração municipal investiu suas atenções e recursos especialmente na área que compreendia o núcleo original do município. E para simbolizar o processo de modernização da cidade, tanto os fotógrafos, quanto os jornalistas elegeram a Praça da República, apresentada como o “coração da cidade”, “formosa”, “bela”, o espaço, por excelência, de sociabilidade da elite pelotense. Praticamente tudo acontecia ao redor desse recinto: os transeuntes caminhavam para as confeitarias da Rua XV, ou se deslocavam para os teatros, os comerciantes vendiam os seus produtos, as damas flanavam ao redor dos jardins, os leitores adentravam a biblioteca, os forasteiros se hospedavam nos hotéis e os políticos discutiam os rumos da municipalidade.

Por intermédio da captura de imagens, os fotógrafos destacavam a amplitude de seus jardins, o seu alinhamento, o conforto trazido pela iluminação e pelos bancos, o movimento dos transeuntes, o tráfego dos bondes e dos automóveis na proximidade, a pavimentação das ruas, a monumentalidade das construções no seu entorno, as vias públicas ao seu redor, entre outros aspectos. A definição deste espaço como símbolo da modernidade da cidade esteve, inegavelmente, condicionada às intenções de políticos e de fotógrafos, que recorrem a alguns periódicos – como o Almanach de Pelotas, a Ilustração Pelotense e o Álbum de Pelotas – para divulgá-las.

Conseqüentemente, a Praça da República era digna da atenção dos Intendentes locais, que não mediram esforços para reformar o lago e o jardim, aumentar o número de bancos à disposição dos frequentadores, diversificar os tipos de flores e arbustos, aprimorar a iluminação elétrica e o calçamento, como demonstram os relatórios da Intendência. Esta parece ser a razão pela qual os administradores locais não se preocuparam com as outras praças da cidade que, por sua localização, não conferiam visibilidade e distinção social aos seus frequentadores.

Referências

- BENJAMIN, W. O flâneur. In: BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 33-65.
- MAUAD, A. M. O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder político no Rio de Janeiro da belle époque. In: PESAVENTO, S.; SOUZA, C. F. de. (org.). **Imagens urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008, p. 281-292.
- MONTEIRO, C. Porto Alegre: Urbanização e modernidade. **A construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- PARADEDA, M. R. **Arquitetura da paisagem e modernidade**: um estudo sobre representações e memória das Praças de Pelotas (1860-1930). 2003. 341 f. Dissertação (Mestrado em história) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2003.
- POSSAMAI, Zita. **Cidade fotografada**: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. 2005. 287 f. Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

SEGAWA, H. **Ao amor do público**: Jardins no Brasil. São Paulo: FAPESP, 1996.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. Civilização. In: SILVA, K. V.; SILVA, M. H. (org.). **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 59-63.

TERRA, C. G. O prazer no jardim. In: MARZANO, A.; MELO, V. A. de (org.). **Vida divertida**: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 75-95.

Fontes

Álbum de Pelotas, Pelotas/RS, 1922.

Almanach de Pelotas, Pelotas/RS, 1921, 1922, 1926, 1927.

Ilustração Pelotense, Pelotas/RS, 1920.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1912 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos. Pelotas, 1912.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1913 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos. Pelotas, 1913.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1914 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos. Pelotas, 1914.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1915 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos. Pelotas, 1915.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1925 pelo intendente Dr. Augusto Simões Lopes. Pelotas, 1926.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1927 pelo intendente Dr. Augusto Simões Lopes. Pelotas, 1927.

Revista do 1º Centenário de Pelotas, Pelotas/RS, 1911 e 1912.

Opinião Pública, Pelotas/RS, 1926, 1927.

O Rebate, Pelotas/RS, 1921, 1927.

Recebido em 16/07/2019.

Aceito em 18/12/2019.